

## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XIX
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Uma breve incursão na Teoria da Culpabilidade e das medidas de segurança</b> .....	11
1.1 A culpabilidade na dogmática penal .....	11
1.1.1 Definição e fundamento da culpabilidade .....	11
1.1.2 O conceito psicológico e normativo da culpabilidade .....	15
1.1.3 A concepção político-criminal da culpabilidade proposta por Roxin .....	20
1.1.4 A imputabilidade penal como um dos elementos da culpabilidade .....	23
1.1.5 A periculosidade .....	25
1.2 As medidas de segurança .....	30
1.2.1 A regulamentação estabelecida pelo Código Penal .....	30
1.2.2 Da (im)possibilidade jurídica de medida de segurança preventiva .....	35
1.3 Características do acusado com transtorno mental .....	37
1.4 Quais consequências jurídicas práticas alcançam a pessoa acusada com transtorno mental? .....	40
<b>Capítulo 2</b>	
<b>O direito à saúde mental na Constituição Federal e em Tratados Internacionais de Direitos Humanos</b> .....	45
2.1 A saúde no texto constitucional .....	45

2.2 A saúde mental nos sistemas global e regional de proteção dos Direitos Humanos .....	51
2.3 Estruturação da área de saúde mental na legislação infraconstitucional e infralegal.....	57
2.3.1 Leis federais.....	57
2.3.2 Atos normativos infralegais federais.....	65
2.3.3 Rede de Atenção Psicossocial.....	67
2.3.4 Comunidades terapêuticas .....	77
<b>Capítulo 3</b>	
<b>A relação Psi-Jus – Promiscuidades e interfaces de longa data entre o Direito Penal e a Psiquiatria .....</b>	<b>85</b>
3.1 Notas introdutórias .....	85
3.2 Breve digressão histórica da loucura .....	87
3.2.1 A loucura na Antiguidade.....	87
3.2.2 A loucura no Período Medieval, na Idade Clássica e na Renascença.....	90
3.2.3 A loucura cientificada. O nascimento da Psiquiatria na Idade Contemporânea .....	97
3.3 A loucura no Brasil Imperial .....	105
3.4 A reforma psiquiátrica e suas repercussões no Brasil.....	114
3.5 O anacronismo do regime jurídico-penal brasileiro em relação à chamada “reforma psiquiátrica” .....	118
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Propostas dialógicas atualizadoras para a implementação de ações e serviços de saúde mental ao acusado com transtorno mental.....</b>	<b>121</b>
4.1 Quem é o acusado com transtorno mental? .....	122
4.2 Problema de saúde mental é tratável pelo Direito Penal? Há perspectivas de superação do sistema de aplicação de medidas de segurança? .....	125

4.3 Conectores entre a rede de saúde mental e a justiça – PAILI e PAI-PJ .....	134
4.4 A realização de laudo pericial em incidente de insanidade mental por profissionais da Psicologia .....	142
4.5 O atendimento ao acusado com transtorno mental no âmbito do processo penal. E onde fica a garantia da ordem pública? O conflito entre os fins da prisão preventiva e os meios de garantia ao acesso à saúde mental.....	151
4.5.1 Considerações gerais sobre as medidas cautelares no processo penal .....	152
4.5.2 A tipicidade penal e sua projeção sobre a teoria das medidas cautelares de natureza penal. A ausência de previsão legal expressa de medidas cautelares terapêuticas de atenção à saúde mental.....	154
4.5.3 Internação provisória é a solução absoluta para o imputado com transtorno mental? .....	159
4.5.4. A garantia da ordem pública como fundamento da prisão preventiva e o risco de reiteração delitiva como pressuposto da internação provisória. Reflexões sobre a verdadeira natureza jurídica das duas medidas. A inconstitucionalidade e a inconveniência da internação provisória .....	161
4.6 A substituição do modelo processual penal atual por medidas de proteção antimanicomial inclusivas e garantistas – Trazendo a Política Nacional de Saúde Mental para o campo de tutela aos acusados inimputáveis – Perspectivas de um futuro sensível às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei .....	171
4.6.1 Propostas de atendimento à saúde mental do investigado/acusado preso com transtorno mental na ausência de dispositivos conectivos.....	174
4.6.1.1 Na fase de investigação.....	174

4.6.1.2 No curso do processo de conhecimento e após a sentença absolutória imprópria, porém antes do trânsito em julgado .....	177
<b>Conclusão</b> .....	179
<b>Referências</b> .....	187
<b>ANEXO A- FILME: “NISE: O Coração da Loucura”</b> .....	213